

A. I. N° - 271351.0029/09-1
AUTUADO - PETRÓLEO DO VALLE LTDA.
AUTUANTES - ANTÔNIO ANIBAL BASTOS TINOCO e LAUDIONOR BRASIL PEDRAL SAMPAIO
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 18.12.09

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0432-04/09

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS NÃO ENQUADRADAS NO REGIME DE ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. CONTRIBUINTE DESCREDENCIADO. É devida a antecipação parcial do ICMS, em valor correspondente a diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas entradas de mercadorias, não enquadradas no regime de substituição tributária, quando adquiridas fora do Estado para comercialização. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 03/06/2009, exige ICMS, no valor de R\$5.158,48, em decorrência da falta de recolhimento do ICMS, referente à antecipação parcial, na primeira repartição fazendária do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte descredenciado.

O autuado apresentou defesa impugnando o lançamento tributário, fls. 39 a 41, mediante advogado legalmente habilitado nos autos, argumentando que a legislação estadual vigente é clara ao preceituar no artigo 26 do RPAF/BA, que uma das formas de se iniciar uma ação fiscal é a apreensão ou arrecadação de mercadoria, bem, livro ou documento, e, conforme se constata do Termo de Apreensão e Ocorrências o mesmo foi lavrado no dia 03/06/2009 às 22:20, enquanto o DAE foi pago no período matutino, portanto, antes da ação fiscal.

Frisa que o pagamento é forma de extinção do crédito tributário, transcrevendo o art. 156 do Código Tributário Nacional o inciso I do artigo 122 do RPAF/BA.

Na informação fiscal o autuante, fls. 55/56, frisa que a defesa confunde data de lavratura do Auto de Infração com data da ocorrência do fato gerador (02/06/2009).

Ressalta que o fato do Auto de Infração ter sido lavrado às 22:40 h do dia 03/06/2009 com data de ocorrência e vencimento de 02/06/2009, fl. 01, e o recolhimento dos DAE's ter sido efetuado no turno matutino do dia 03/06/2009 comprova que o contribuinte, após ter conhecimento da retenção do veículo e da descoberta da fraude pelo fisco estadual, apressou-se em fazer o recolhimento do ICMS na tentativa de burlar a fiscalização.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir ICMS em decorrência da falta de recolhimento do ICMS, referente à antecipação parcial, na primeira repartição fazendária do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte descredenciado.

O regime de antecipação parcial tem sua incidência prevista em relação às aquisições interestaduais para fins de comercialização, conforme dispõe o art. 12-A da Lei nº 7.014/97, incluído pela Lei nº 8.967/03, o qual transcrevo para um melhor entendimento:

“Art. 12-A. Nas aquisições interestaduais de mercadorias para fins de comercialização, será exigida antecipação parcial do imposto, a ser efetuada pelo

próprio adquirente, independentemente do regime de apuração adotado, mediante a aplicação da alíquota interna sobre a base de cálculo prevista no inciso III do art. 23, deduzido o valor do imposto destacado no documento fiscal de aquisição.

§ 1º A antecipação parcial estabelecida neste artigo não encerra a fase de tributação e não se aplica às mercadorias, cujas operações internas sejam acobertadas por:

I - isenção;

II - não-incidência;

III - antecipação ou substituição tributária, que encerre a fase de tributação.

§ 2º O regulamento poderá fazer exclusões da sistemática de antecipação parcial do imposto por mercadoria ou por atividade econômica.”

§ 3º Nas operações com álcool poderá ser exigida a antecipação parcial do imposto, na forma que dispuser o regulamento.

Em sua defesa o autuado assevera que o recolhimento ocorreu antes da ação fiscal, vez que o Termo de Apreensão e Ocorrências foi lavrado no dia 03/06/2009 às 22:20, enquanto o DAE foi pago no período matutino, portanto, antes da ação fiscal.

Esse argumento não é capaz de elidir a autuação, uma vez que consta na descrição dos fatos, no corpo do Auto de Infração, fl. 01, e na descrição dos fatos no Termo de Apreensão e Ocorrências que o contribuinte adquiriu 39.109 litros de álcool Etílico Hidratado Carburante – AEHC, através do DANFE nº 4523 de 02/06/2009, tendo sido abordado por preposto da SEFAZ/BA em operação conjunta com a Polícia Rodoviária Federal – PRF na BR-101, município de Teixeira de Freitas – BA, às 20:00 hora do dia 02/06/2009, apresentado como comprovante de pagamento e datado de 02/06/2009, cópias anexas, não constavam no Sistema de Consulta de Arrecadação da SEFAZ, extrato anexo, o que gerou a lavratura do referido Termo e Auto de Infração.

Portanto, a operação fiscal foi realizada conjuntamente com a Policial Rodoviária Federal, comprovada mediante cópia do Boletim de Ocorrência Policial acostada à folha 34.

O motorista que transportava a mercadoria era o Sr. Sadraque Ramos Sales, conforme comprova os documentos acostados às folhas 24 e 25.

Os DAE's apresentados pelo motorista, quando da abordagem e conferência dos documentos, conforme narrado no Termo de Apreensão, foram os acostados às folhas 14 a 17, embora consta que o pagamento foi realizado pela internet, os referidos documentos não constam do banco de dados da SEFAZ, fls. 18 e 19, fato que comprova a veracidade das informações constantes do Termo de Apreensão.

O autuante acostou, ainda, aos autos às folhas 35 e 36, Termo de Declarações lavrado pela Secretaria da Segurança Pública – Delegacia de Teixeira de Freitas, em 03/06/2009, onde consta que o motorista do veículo, Sr. Sadraque Ramos Sales, disse que “em data de ontem”, portanto, no dia 02/06/2009, por volta das 20:00 horas, o declarante foi parado no Posto da Polícia Rodoviária Federal.

Logo, entendo que a ação fiscal foi iniciada no dia 02/06/2009, sendo apresentado DAE's que não constam no sistema da SEFAZ, não sendo capazes de elidir a autuação.

De igual modo, os DAE's acostados pela defesa constam como data de pagamento o dia 03/06/2009, portanto, após a ação fiscal que foi iniciada em 02/06/2009, no dia anterior ao recolhimento.

Ante ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração, devendo ser homologado o valor efetivamente recolhido.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 271351.0029/09-1, lavrado contra

PETRÓLEO DO VALLE LTDA., devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$5.158,48**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado o valor efetivamente recolhido.

Sala das Sessões do CONSEF, 10 de dezembro de 2009.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - PRESIDENTE

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – RELATOR

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO - JULGADOR